



## **AVALIAÇÃO EMPÍRICA DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL: COMPARATIVO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA E SALVADOR NO PERÍODO 2001/2010**

**José Ediglê Alcantara Moura**

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri- URCA e Pesquisador do Grupo de Estudos em Negócios Urbanos e Rurais- GENUR do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq; Brasil; genur@yahoo.com.br

**Maria Jeanne Gonzaga de Paiva**

Professora adjunta do Departamento de Economia da URCA e Líder do Grupo de Estudos em Negócios Urbanos e Rurais- GENUR; Brasil; jeanne.paiva@urca.br

### **Resumo**

As transformações na conjuntura macroeconômica brasileira na primeira década do século XXI causaram significativos rebatimentos no mundo do trabalho através da expressiva elevação do emprego formal, com destaque para o setor da construção civil. Dessa forma, o objetivo deste artigo é comparar o mercado de trabalho da construção civil na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Salvador (RMS), bem como traçar o perfil socioeconômico dos seus trabalhadores. Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para tanto, considera-se o número de estabelecimentos e empregos formais por ramo de atividade econômica, quantidade de empregados por tamanho do estabelecimento, sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de remuneração. Os principais resultados por um lado são positivos, e apontam que entre 2001 e 2010 o setor da construção civil registrou maior crescimento em número de estabelecimentos dentre os grandes setores da atividade econômica com 67,98% e 52,17% na RMF e RMS respectivamente, e como consequência abertura de novos postos formais de trabalho. Por outro lado, os dados mostram que os empregos criados são precários, principalmente na RMF, caracterizados pela alta rotatividade, baixo grau de instrução, empobrecimento dos trabalhadores e elevada seletividade por sexo e idade.

**Palavras-chave:** Construção Civil; Região Metropolitana de Fortaleza; Região Metropolitana de Salvador.

### **Abstract**

The changes in the Brazilian macroeconomic environment in the first decade of this century caused significant repercussions in the world of work through the significant increase in formal employment, especially in the construction sector. Thus, the purpose of this article is to compare the construction labor market in the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF) and Salvador (RMS) and trace the socioeconomic profile of its workers. The data are from the Annual Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE).



Therefore, we consider the number of outlets and formal employment by branch of economic activity, number of employees by size of establishment, sex, age, level of education, length of service and pay range. The main results are positive on the one hand, and point out that between 2001 and 2010 the construction sector recorded the highest growth in the number of establishments from the major sectors of economic activity with 67,98% and 52,17% respectively in the RMF and RMS and as a consequence the opening of the new formal jobs. On the other hand, the data show that the jobs created are precarious, especially in the RMF, characterized by high turnover and high selectivity for male predominant age of 30 to 39 years. Over the years, it was also found that despite the low level of education, are perceived improvements in the educational level of the workforce, work in construction, and, contrary to expectations, workers impoverishment, through increased earning formal busy up to 02 minimum wages, contrary to the theory of human capital.

**Key words:** Construction; Fortaleza Metropolitan Region; Metropolitan region of Salvador.

## Introdução

A dinâmica econômica e do mundo do trabalho, em especial para os países periféricos passou por significativas transformações estruturais e conjunturais evidenciados principalmente na década de 1990, através da globalização dos mercados, sobrevalorização cambial, políticas neoliberais, redimensionamento do papel do Estado na economia e ao programa de privatizações que foram decisivos para capacitar o Brasil para uma nova inserção internacional e, acima de tudo, servir de curto prazo para a estabilização econômica.

Desta forma, em uma fase de crescente abertura comercial, setores historicamente intensivos em mão-de-obra sofreram intensa reestruturação produtiva e concorrência no mercado internacional que implicou na adoção de novos métodos de organização da produção e do trabalho pautado no regime de acumulação flexível<sup>1</sup>.

Diante de tal cenário, indústrias tradicionais do Sudeste (têxtil, alimentícia e calçadista) encontraram como alternativa para manterem-se competitivas migrarem para o Nordeste brasileiro em busca de mão-de-obra barata e abundante e incentivos fiscais e financeiros. Por outro lado, na economia brasileira o centro dinâmico passou do setor industrial para o terciário com maior participação na geração de empregos formais, enquanto que o setor agropecuário mediante mecanização agrícola aliado a novas formas de organização da

---

<sup>1</sup> Modelo de acumulação fundamentado na organização do aparato produtivo que se fundamenta na flexibilização das relações de trabalho, ou seja, disposição da força de trabalho de acordo com as oscilações do mercado consumidor (FIGUEREIDO *et al*, 1995).



produção com vistas na obtenção de ganhos de produtividade passou a se configurar como capital/intensivo.

As mudanças observadas na primeira década do século XXI foram que, dentre os principais setores da atividade econômica, o *ranking* em termos de crescimento de empregos formais foi o da construção civil, explicado pela expansão da capacidade produtiva e as condições externas favoráveis, tais como: crédito imobiliário, obras do governo federal, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que dinamizou segmentos importantes do mercado de trabalho mediante geração de postos formais de trabalho, além de estímulo do governo federal ao investimento produtivo.

O setor da construção civil é caracterizado por ser trabalho/intensivo, adaptando-se as vantagens competitivas do Brasil através da capacidade de absorção de mão-de-obra de baixa qualificação, além de apresentar efeitos de cadeia, assim como a indústria automobilística e a naval, o que dissemina “pontos de germinação” que aumentam e/ou dinamizam o espraiamento de diversos setores da atividade econômica.

Nesta dinâmica encontram-se pontos de estrangulamento impulsionados pela própria caracterização do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, o referido setor enfrenta elevada rotatividade, o que impulsiona maior vulnerabilidade dos trabalhadores ao desemprego aberto, baixos salários e precarização um tanto evidente nas relações assalariadas.

Diante de tal situação, este artigo tem como objetivo comparar o emprego formal da construção civil nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF) e Salvador (RMS)<sup>2</sup> no período compreendido de 2001 e 2010 (período antes e pós-crise econômica de 2008), assim como traçar o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos trabalhadores inseridos no referido setor. A hipótese é que o setor da construção civil ampliou significativamente os postos formais de trabalho, porém o perfil socioeconômico dos trabalhadores não seguiu a mesma tendência.

---

<sup>2</sup> As RMs são consideradas importantes pólos de crescimento da economia nordestina, uma vez que disponibilizam infraestrutura e uma cesta de outras externalidades positivas aos investimentos decorrentes da consolidação desses espaços como áreas dinâmicas e de elevada competitividade.



Para atingir os objetivos propostos, este artigo é estruturado na seguinte sequência: além da introdução e procedimentos metodológicos, a segunda seção seguinte aborda de forma sucinta algumas considerações sobre o mercado de trabalho nos anos 1990 e seus impactos na economia nordestina, na seção posterior é feita uma caracterização de forma teórica e empírica do emprego formal na construção civil na Região Metropolitana de Fortaleza e de Salvador no período de 2001 e 2010, e por último, considerações finais e referências.

### **Procedimentos metodológicos**

Na realização deste trabalho fez necessária a utilização de dois métodos: descritivo e explicativo. O primeiro método trabalha com a descrição das características da dinâmica econômica e emprego formal nas regiões metropolitanas de Fortaleza e Salvador, para tanto foi realizado uma investigação científica dos principais autores que discutem a precarização do mercado de trabalho (DEDECCA, 1998; 2005; POCHMANN, 1998; 1999) e seletividade e rotatividade do postos de trabalho (BALTAR e PRONI, 1996; DEDECCA, 2005).

O segundo método, o explicativo, complementa o método anterior através da análise das circunstâncias que levam a obtenção dos resultados, servindo como base de sustentação dos conhecimentos expostos. Os resultados do estudo são expostos através de tabelas, seguida das respectivas análises.

Os dados de natureza secundária são da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), obtidas por acesso *online* ao *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referente aos anos de 2001 e 2010. Desta forma, foram utilizados um total de oito variáveis, sendo três para analisar as características do setor de construção civil e cinco para traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores empregados no referido setor na RMF vis-à-vis RMS.

Para analisar as características do setor da construção civil, fez-se necessário a tabulação das seguintes variáveis: número de estabelecimentos por setor, número de trabalhadores formais por ramo de atividade econômica e distribuição do emprego formal na construção civil por tamanho do estabelecimento.



A segunda parte procura analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores formais na construção civil, utilizando as seguintes variáveis: número de empregados formais na construção civil segundo sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de remuneração.

### **Dinâmica econômica do mercado de trabalho nos anos 1990: impactos na economia nordestina**

O final do século XXI foi marcado por transformações na conjuntura econômica e social do sistema capitalista. O fenômeno e aceleração dos processos de abertura comercial e financeira principalmente nos anos 1990 provocaram profundas mudanças no processo de reestruturação dos países periféricos, levando a um padrão de especialização produtiva pautado na livre mobilidade de capitais, em que as organizações utilizavam estratégias pautadas na reestruturação produtiva e na redução de custos (BAER, 1996).

Diante da percepção da nova divisão internacional do trabalho, a região Nordeste em decorrência das vantagens comparativas nos fatores que lhe são abundantes, a exemplo da mão-de-obra barata e matéria prima local, tornaram-se alvo de investimentos com destaque para os estados da Bahia e Ceará, unidades federativas que exercem forte polarização de atividades econômicas, notadamente pós-1985, em decorrência dos efeitos diferenciados da crise da dívida externa impactarem com maior profundidade a região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em detrimento da periferia nacional<sup>3</sup> (PACHECO,1998).

Assiste-se desta forma elevado desemprego principalmente na década de 1990 com destaque para o estado paulista e sua região metropolitana, no entanto estados do Nordeste, a exemplo do Ceará, seguem em contramão, apresentando significativa taxa de ocupação, seja pelos efeitos da crise da dívida externa atingir com maior intensidade o maior aparelho

---

<sup>3</sup> Deve-se ressaltar que o fenômeno da *guerra fiscal* é praticado significativamente nos estados nordestinos, com maior ênfase: Bahia, Ceará e Pernambuco. Diante da ausência de uma política de desenvolvimento regional, a concretização de tal fenômeno que é subproduto do neoliberalismo está atrelada as mudanças institucionais favorecidas pela Constituição Federal de 1998 que permitiu maior autonomia político-administrativa para as unidades subnacionais a fim de atrair investimentos via redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), fator decisivo para aumento de unidades produtivas em meio à crise fiscal no qual o Estado brasileiro passava (BERNAL, 2004; PONTES, VIANA E HOLANDA, 2006).



produtivo nacional (São Paulo), seja pelo significativo volume de migrantes de retorno que contribuíram para maior oferta de mão-de-obra (QUEIROZ E TARGINO, 2007).

A retração do mercado de trabalho formal, principalmente nas áreas de maior atividade produtiva que beneficiaram inicialmente pela disponibilidade de recursos advindos da cafeicultura, em seguida pelo planejamento regional executado pelo Plano de Metas (1956-1961) veio a sofrer na década de 90 um processo de acanhamento na quantidade dos postos de trabalho frente as conseqüências da abertura comercial e ajuste da economia brasileira para uma maior inserção no mercado internacional.

Dessa forma o setor secundário que historicamente, ou seja, desde o Processo de Substituição de Importações se configurava como o maior absorvedor de mão-de-obra, diminuiu significativamente seus postos de trabalho em virtude das políticas neoliberais (CANO, 1997; REGO E MARQUES, 2006).

O principal objetivo das mudanças supracitadas não consistem em um projeto efetivo de reestruturação do Estado e/ou reorientação de suas funções, mas acima de tudo capacitar o Brasil para servir de instrumento de curto prazo para a estabilização macroeconômica (POCHAMNN, 2001).

Deste modo, o que tem se observado desde os anos 1980, em especial na segunda metade da década de 1990, foi aumento do desemprego, subemprego e informalidade com flexibilização das relações de trabalho e mobilidade de trabalhadores do setor industrial para o setor terciário, com destaque para os serviços (DEDECCA, 1998; POCHMANN, 1999; 2001).

Diante de tal cenário, indústrias intensivas em capital/tecnologia tendiam a se reconcentrar para o Sudeste do país, com destaque para RMSP, e setores da indústria de transformação em trabalho/intensivos deslocaram suas plantas para o Nordeste brasileiro em função dos incentivos fiscais, assimetria dos rendimentos pagos aos trabalhadores e proximidade com o mercado consumidor internacional, a exemplo das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Salvador (SILVA FILHO, 2010).

Por outro lado segundo Oreiro e Feijó (2010) assim como Cano (2012) afirmam que a economia brasileira está passando por um processo de desindustrialização que se acentua através da queda na participação do emprego industrial no emprego total do país, enquanto



que setores como comércio e serviços seguem paradoxalmente, gerando quantidades significativas de emprego e renda à população.

Apesar do setor terciário contribuir para maior parcela dos postos de trabalho, outro setor que chama bastante atenção notadamente na primeira década do século XXI é o setor da construção civil que vem a apresentar as maiores taxas de crescimento e importante contribuição socioeconômica, uma vez que emprega trabalhadores com baixo nível de escolaridade e marginalmente excluídos do mercado de trabalho (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2014).

Fazendo um breve retrospecto do setor da construção civil é válido ressaltar a política de estabilização empreendida no governo Castelo Branco (1964-1967) denominada Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que viabilizou reformas institucionais, dentre estas a criação de um arcabouço monetário-financeiro que possibilitou a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) que ao minimizarem o déficit habitacional do país, impulsionou o setor da construção civil (ABREU, 1990; REGO E MARQUES, 2006).

É válido salientar que os grandes projetos de infraestrutura concentravam-se o Sudeste principalmente até os anos 1960, enquanto que regiões como Nordeste permaneciam estagnadas, o que aumentava o *gap* entre regiões, assim como as disparidades regionais.

No entanto, só a partir das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), programa elaborado em 1974, no governo Geisel é que se pode afirmar uma maior articulação da economia nordestina com o restante do país através da desconcentração do crescimento econômico, uma vez que, ao passo que beneficiava o setor industrial contribuía para o estímulo a construção civil que fornecia os insumos necessários para a expansão da capacidade produtiva (PACHECO, 1998).

Todavia, tal dinâmica vem apresentar uma série de gargalos pós-1985, através da maturação dos investimentos do II PND, agravamento da dívida externa brasileira, baixo nível de investimento, recessão dos países centrais, altas taxas de inflação doméstica e taxas de juros excessivamente elevada (BRUM, 1999; ABREU, 1990).



Desta forma, os investimentos produtivos passaram por um processo de acanhamento desde o segundo choque do petróleo (1979) e com maior nitidez durante a década de 1990, resultante da conjugação de políticas econômicas contracionistas com retirada do Estado da esfera econômica, desregulamentação do mercado de trabalho, pífiyas taxas de crescimento econômico somado a uma taxa de desemprego nunca vista na história do país (CANO, 1997; DEDECCA, 2005; POCHMANN, 1999).

Como forma de superação da crise do paradigma desenvolvimentista, na década de 1990 disseminou-se amplamente o ideário da descentralização, tanto no âmbito tributário quanto na promoção do crescimento econômico em um cenário de esfalecimento do Estado Nacional decorrente do quadro de crise do endividamento, culminando no aniquilamento das políticas de desenvolvimento regional de âmbito federal. Coube como escape aos governos subnacionais, mesmo com suas finanças altamente debilitadas, utilizarem-se de instrumentos de guerra fiscal para atração de investimentos (MACEDO, 2010; PACHECO, 1996).

O quadro de recuperação econômica vem a ser destaque notadamente na primeira década do século XXI<sup>4</sup> com expansão dos postos formais de trabalho em praticamente todos os setores da atividade econômica com destaque para o setor da construção civil (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006).

Em contramão aos demais setores da economia, CEECBIC (2008) ressalta que o setor da construção civil possui um ínfimo coeficientes de importações em comparação com outros segmentos, uma vez que usa capital, tecnologia e insumos predominantemente nacionais, não dependendo, em princípio de financiamentos externos.

Desta forma, é válido analisar através da tabela 01 em termos relativos a produção de bens de capital com destaque para a construção civil e seu comportamento no triênio 2008/2009/2010.

---

<sup>4</sup>De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o emprego formal registrou 591,1 mil postos em 2001, consistindo no segundo ano com variação positiva após 1995. Na média anual, em 2001, o emprego cresceu 2,9%, maior taxa dos últimos quinze anos (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2010, p.42).



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

Tabela 01: Produção de bens de capital selecionados- Brasil (anos 2008, 2009, 2010)

Discriminação	Variação percentual (%)		
	2008	2009	2010
Bens de capital	14,3	-17,4	20,8
Industrial	4,6	-28,1	22,3
Agrícolas	35,1	-28,5	33,0
Construção Civil	4,8	-48,5	95,8
Energia Elétrica	12,0	-32,5	-3,8
Transporte	31,3	-8,8	26,1
Misto	2,5	-14,7	13,4

Fonte: Boletim do Banco Central (2010).

No caso da produção de bens de capital, percebe-se crescimento em 2008 mais acentuado dos segmentos agrícolas (máquinas tratores e demais insumos) que dinamizam a agricultura, na medida em que aumentam a produtividade por unidade de mão-de-obra. Com os efeitos da crise internacional no último trimestre de 2008, sentidos notadamente em 2009 têm-se redução da produção dos bens de capital selecionados com destaque para a construção civil que reduziu 48,5% sua produção. Com a adoção de políticas econômicas anticíclicas percebe-se a retomada do crescimento da produção, com ênfase para o setor de construção civil que apresenta ligeira recuperação com variação percentual positiva de 95,8%. (TABELA 01)

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2008, o setor de construção civil foi o segundo a ofertar maior quantidade de postos de trabalho com participação relativa de 13,63%, perdendo apenas para o comércio com participação de 26,32%. Com os efeitos da crise no final de 2008, tem-se registrado no ano seguinte acentuada queda na indústria de transformação que passou de 12,31% de admissões para apenas 1,09%. O setor comercial assim como a construção civil continuaram ampliando as vagas de emprego, com destaque para a construção civil que participa com 17,8% do total de postos de trabalho formais. No ano de 2010 registra uma queda em termos relativos no total de admissões, sendo justificado pela rápida recuperação da indústria de transformação que agora registra participação relativa de 22,70%. (TABELA 02)



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

Tabela 02: Emprego formal no Brasil- admissões líquidas, nos anos- 2008, 2009, 2010.

Discriminação	2008		2009		2010		Var(%) 2008/2010
	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	
Indústria de transformação	178700	12,31	10900	1,09	485000	22,70	171,40
Comércio	382200	26,32	297200	29,87	519600	24,32	1260,2
Construção civil	197900	13,63	177200	17,81	254200	11,89	28,45
Agropecuária	18200	1,25	-13600	1,37	-25900	-1,21	-42,31
Serviços industriais de utilidade pública	8000	0,55	5000	0,50	17900	0,84	123,75
Outros <sup>5</sup>	19000	1,31	18300	1,81	22000	1,03	15,79
Total	1452200	100,00	995100	100,00	2136900	100,00	47,15

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração Própria

## **Caracterização do emprego formal na construção civil na Região Metropolitana de Fortaleza e Salvador-2001/2010**

### **Número de estabelecimentos**

Os dados da tabela 03 apresentam a evolução no número de estabelecimentos formais por ramo de atividade, em que se destaca a elevada concentração de empreendimentos formais no setor terciário, tanto na RMF quanto na RMS. Em 2001, o setor comercial participava com 40,21% do total de estabelecimentos na RMF e aumentou levemente para 41,81% a sua participação em 2010. Todavia, em termos absolutos, constata-se uma variação de 65,79% ao passar de um total de 13109 empreendimentos em 2001 para 21733 em 2010. Para o setor de serviços na região metropolitana supracitada, em 2001 havia participação relativa de 38,91% do total de empresas vindo a cair em 2010 para 36,77%, implicando em uma variação percentual de 35,89%.

No caso da RMS, para o setor de serviços, apresentou crescimento em termos relativos e absolutos. Em 2001, o setor de serviços na RMS era responsável por 47,26% dos estabelecimentos no mercado de trabalho caindo para 40,94% em 2010. Em termos absolutos, as empresas aumentam de 1889 em 2001 para 25670 em 2010, ocasionando variação de aproximadamente de 35,89%. Para o setor comercial na região metropolitana supracitada em

<sup>5</sup> Inclui extrativa mineral, administração pública, entre outros.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

2001, 40,54% dos negócios estavam no referido setor vindo a aumentar timidamente em 2010 para 40,68% ocasionando variação percentual de 38,93%. (TABELA 03)

Como o foco dessa pesquisa é investigar a dinâmica do mercado de trabalho da construção civil, observa-se que este setor apresentou as maiores taxas de crescimento no período 2001/2010. Na RMF, 6,55% dos empreendimentos em 2001 estavam na construção civil, vindo a aumentar em 2010 para 6,90%. Em termos absolutos, constata-se variação de 67,98%, maior entre todos os grandes setores, uma vez que passa de 2136 estabelecimentos para 3588 no período estudado. Na RMS, 5,13% do total de empresas eram do setor de construção civil vindo a aumentar em 2010 para 5,64%. Em termos absolutos, constata-se uma variação de 52,17%, uma vez que passa de 20153 para 3124 estabelecimentos. (TABELA 03)

Tabela 03: número de estabelecimentos formais por ramo de atividade econômica na RMF vis-à-vis RMS-2001/2010

Ramo de atividade	RMF				RMS				RMF Var(%)	RMS Var(%)
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)		
Indústria	4329	13,28	7211	13,87	2372	5,93	35388	6,39	66,57	49,16
Construção civil	2136	6,55	3588	6,90	2053	5,13	3124	5,64	67,98	52,17
Comércio	13109	40,21	21733	41,81	1621	40,54	22523	40,68	65,79	38,93
Serviços	12684	38,91	19114	36,77	1889	47,26	25670	40,94	50,69	35,89
Agropecuária	346	1,06	338	0,65	450	1,13	516	0,93	(2,31)	14,67
Total	32604	100,00	51984	100,00	39986	100,00	55371	100,00	59,44	35,48

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Para o setor industrial, em ambas Regiões Metropolitanas (RMs) percebe-se aumento, mesmo em menor escala, em termos relativos do número de estabelecimentos, o que revela o menor grau de desconcentração industrial que vem assumindo de forma tímida, porém seletiva e ausente de políticas de desenvolvimento regional pós-1985, motivada pelo fenômeno da “guerra fiscal”<sup>6</sup>.

### **Evolução do Emprego formal por ramo de atividade**

Os dados da tabela 04 demonstram a evolução do emprego formal de atividade, em que se destaca a elevada concentração de empregados no setor de serviços, tanto na RMF

<sup>6</sup> Para maiores detalhes consultar a tendência da desindustrialização precoce, como também a diversificação do parque industrial em regiões periféricas. Desta forma, para uma melhor compreensão, ver Cano (2012) e Oreiro e Feijó (2010).

quanto na RMS. Em 2001, o setor de serviços empregava 59,08% da mão-de-obra na RMF e caiu levemente para 55,08% a sua participação em 2004. Todavia em termos absolutos, constata-se variação de 69,20% ao passar de um estoque de 302738 empregados em 2001 para 512235 em 2010. No caso da RMS, ela apresentou crescimento em termos relativos e absolutos. Em 2001, o setor de serviços na RMS era responsável por 65,91% das vagas no mercado de trabalho caindo para 64,17% em 2010. Em termos absolutos, o estoque de trabalhadores aumenta de 447957 em 2001 para 685050 em 2010, ocasionando variação de 52,93%.

Para o setor de construção civil, foco dessa pesquisa, percebe-se que a RMF participava com 4,49% do total de ocupados vindo a aumentar para 7,34% em 2010. Em termos absolutos nota-se um aumento no estoque de 22995 em 2001 empregados para 67122 em 2010, implicando variação percentual de 191,89%, maior entre os setores em estudo, seguido do setor comercial. Na RMS, 6,03% dos trabalhadores estavam ocupados na construção civil vindo a aumentar para 10,63% do total de postos de trabalho em 2010. Em termos absolutos, constata-se variação de 176,72% ao passar de um estoque de 40993 empregados para 113437 no período estudado. (TABELA 04)

Os postos formais de trabalho no setor industrial na RMF passa de 20,99% em 2001, vindo a cair para 19,61% em 2010. A RMS segue em contramão ao observar que em 2001, 8,69% dos postos de trabalho estavam na indústria, vindo a aumentar em 2010 para 9,39% na participação das vagas do mercado de trabalho. (TABELA 04)

Tabela 04: Evolução do emprego formal por ramo de atividade na RMF vis-à-vis RMS, no período 2001/2010

Ramo de atividade	RMF				RMS				RMF		RMS	
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)	Var(%)	Var(%)		
Indústria	107610	20,99	179395	19,61	59056	8,69	100209	9,39	66,71	69,68		
Construção civil	22995	4,49	67122	7,34	40993	6,03	113437	10,63	191,89	176,72		
Comércio	72265	14,10	149988	16,39	96983	14,27	166458	15,59	107,55	71,64		
Serviços	302738	59,08	512233	55,98	447957	65,91	685050	64,17	69,20	52,93		
Agropecuária	6838	1,33	6211	0,68	4465	0,66	2412	0,23	(9,17)	(45,98)		
Total	512446	100	914949	100	679454	100	1067566	100,00	78,55	57,13		

Total: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

No setor agropecuário ocorre queda em termos tanto relativos como absolutos, implicando variações negativas na RMF de 9,17% e RMS com 45,98%. Os dados empíricos para tal setor vão ao encontro dos argumentos de Graziano da Silva (1998) ao afirmar que com o processo de modernização da agricultura, o setor antes configurado como atrasado e subdesenvolvido, passou a partir do final dos anos 1960 através da segmentação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) a se configurar capital/intensivo, com aumento significativo na produtividade do setor, em contramão, causando rebatimentos negativos no mercado de trabalho, uma vez que a tendência é um *trade-off* entre o total de ocupações e o volume de produção. (TABELA 04)

### Tamanho dos Estabelecimentos

Conforme a tabela 05 percebe-se o número de empregados segundo porte de estabelecimento no setor de construção civil. Observa-se que em 2001 na RMF, 65,07% dos ocupados estavam distribuídos em micro e pequenos estabelecimentos, enquanto que as médias e grandes empresas participavam com 34,92% do total de trabalhadores. Em 2010, as médias e grandes empresas ganham expressiva participação na RMF com 50,47% do total de ocupados contra 49,53% nos micro e pequenos negócios formais.

Tabela 05: Distribuição do emprego formal na construção civil por tamanho de estabelecimento na RMF vis-à-vis RMS-2001/2010

Tamanho do estabelecimento	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Micro (1 a 19)	5426	23,59	10324	15,38	5986	14,60	9833	8,67
Pequena (20 a 99)	9538	41,48	22921	34,15	14392	35,11	24688	21,76
Média (100 a 499)	6668	28,99	24832	36,99	14575	35,55	40276	35,51
Grande (Acima de 499)	1363	5,93	9045	13,48	6040	14,73	38640	34,06
Total	22995	100,00	67122	100,00	40993	100,00	113437	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Para a RMS, em 2001, 49,71% dos ocupados estavam distribuídos em micro e pequenos estabelecimentos da construção civil contra 50,29% nos médios e grandes empreendimentos. Essa participação relativa mostra que em 2010, na referida região metropolitana as micro e pequenas empresas passam a ocupar apenas 30,43% do total de

trabalhadores enquanto que a médio e grande estabelecimento participa com 69,57% do total de postos de trabalho no referido setor da RMs. (TABELA 05)

Os resultados empíricos mostram a queda relativa dos ocupados em micro e pequenos estabelecimentos em ambas regiões metropolitanas (RMs), sendo que em 2010 mais da metade dos postos de trabalho da construção civil estão sendo ocupados por estabelecimentos de médio e grande e porte.

### **Perfil socioeconômico dos empregados formais na construção civil na Região Metropolitana de Fortaleza e de Salvador-2001/2010**

#### **Sexo dos trabalhadores**

A análise desagregada por sexo, mostra que, em 2001 havia 22995 trabalhadores empregados na construção civil na RMF, sendo que 94,79% do sexo masculino e 5,21% do sexo feminino. Em 2010 a participação dos homens cai levemente para 94,41% e das mulheres aumentam timidamente para 5,59% na RMF. A RMS constava 2001 com um total de 40993 trabalhadores na construção civil, dos quais 92,82% são do sexo masculino contra 7,18% do sexo feminino, e em 2010 tem movimento semelhante à RMF ao apresentar leve queda na participação do sexo masculino (92,46%) e aumento na participação feminina (7,54%). (TABELA 06)

Tabela 06: Número de empregados formais na construção civil segundo sexo, RMF e RMS-2001/2010

Sexo	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Masculino	21797	94,79	63369	94,41	38048	92,82	104886	92,46
Feminino	1198	5,21	3753	5,59	2945	7,18	8551	7,54
Total	22995	100,00	67122	100,00	40993	100,00	113437	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

O que se observa é a elevada seletividade do sexo masculino nas ocupações do setor de construção civil, o que demonstra que as mulheres ainda encontram dificuldades para ingressarem no mercado em tal setor, uma vez que os postos de trabalho são relativamente

incompatíveis as aptidões femininas, seguindo os ideários do modelo Fordista, configurando-se como trabalho/intensivo.

### Faixa Etária

No que se refere à variável idade, tanto em 2001 quanto em 2010 nas duas RMs em estudo, a maior parte (aproximadamente 30%) dos trabalhadores empregados na construção civil situava-se nas faixas de 30 a 39 anos. (TABELA 07)

Tabela 07: Total de empregados na construção civil por faixa etária, RMF e RMS-2001/2010

Faixa etária	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Até 17 anos	27	0,12	109	0,16	27	0,07	77	0,07
18 a 24 anos	3545	14,55	11267	16,79	7318	17,86	17951	15,82
25 a 29 anos	4159	18,09	11673	17,39	7269	17,73	20767	18,31
30 a 39 anos	7944	34,55	20876	31,10	12836	31,31	35131	30,97
40 a 49 anos	4811	20,92	14989	22,33	9215	22,48	23689	20,88
50 a 64 anos	2408	10,47	7938	11,81	4165	10,16	15201	13,40
65 ou mais	100	0,43	270	0,40	156	0,38	621	0,55
Ignorado	01	0,04	0	0	07	0,02	0	0
Total	22995	100,00	67122	100,00	40993	100,00	113437	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Em 2001, a participação da mão-de-obra na construção civil com faixa etária de até 17 anos é pouco significativa na RMF (0,12%) e na RMS (0,07%) e em 2010 esses números tendem a aumentar levemente para 0,16% na RMF e permanece constante na RMS com 0,07%. Os dados empíricos nos mostram que mesmo sendo a participação dos ocupados com menores de 17 anos de construção civil, com o passar dos anos, não houve redução, provavelmente pela maior demanda de jovens estagiários, uma vez que o trabalho infantil vem assumindo proporções cada vez menores em razão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que está integrado a Bolsa família. (TABELA 07)

Por outro lado, a pequena parcela de jovens com até 17 anos no mercado de trabalho está relacionada com os efeitos da Lei n. 8609, de 13 de junho de 1990, que dispõem sobre o



estatuto da criança e do adolescente, no qual proíbe trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendizes.

Ainda na tabela 07, verifica-se a pequena participação dos trabalhadores na faixa etária acima dos 65 anos. Em 2001, esses trabalhadores representam um percentual de 0,43% na RMF contra 0,38% na RMS, essa participação se reduziu levemente para 0,40% na RMF e aumentou na RMS<sup>7</sup> passando para 0,55% no ano de 2010. A pequena parcela de trabalhadores nessa faixa etária decorre que o setor da construção civil exige esforço físico, habilidade, rapidez na execução das tarefas, por outro lado indivíduos acima de 65 anos, na maioria das vezes usufruem do benefício da previdência social.

### **Grau de Instrução**

Com relação ao nível de escolaridade, chama a atenção o elevado percentual de trabalhadores na construção civil com poucos anos de estudo (TABELA 08). Em 2001 na RMF 18,29% dos trabalhadores tinha entre o ensino fundamental completo até o médio incompleto. Na RMS o baixo nível de escolaridade ainda é mais elevado em 2001 registrando participação de 58,16% dos trabalhadores com até o ensino fundamental incompleto.

Em 2010, o setor de construção civil na RMF apresentou significativo aumento em termos relativos na participação dos trabalhadores que tinham até o ensino fundamental incompleto, ao passar de 11,16% em 2001 para 43,22% em 2010. Em termos absolutos, isso representa variação positiva de 1130,44% com aumento de 2566 empregados em 2001 para 29007 em 2010. Tal movimento, por um lado indica os ideários fordistas em que os trabalhadores executam as tarefas de forma mecânica sem ajuda da mente. (TABELA 08)

---

<sup>7</sup>No caso da RMS, a maior demanda pela mão-de-obra acima de 65 anos em comparação à RMF decorre da tendência observada notoriamente em países emergentes e de capitalismo tardio, a exemplo do Brasil, que está passando pós-década de 1980 por um processo de “transição demográfica” (BRITO, 2007). Percebe-se na estrutura socioeconômica e demográfica a inserção da mulher no mercado de trabalho (mesmo de forma lenta em alguns setores) bem como a mudança de seu papel na sociedade, elevação da expectativa de vida, utilização crescente de métodos contraceptivos que contribuem para diminuição das taxas de reposição, que alguns casos é menor que a taxa de mortalidade. Desta forma é tendência crescente do mercado de trabalho absorver cada vez mais pessoas com faixas etárias mais elevadas, seja como forma de compensar a falta da mão-de-obra juvenil no mercado de trabalho, seja para controlar e/ou atenuar o déficit na previdência social.

É válido ressaltar que a RMF distribuiu seus postos de trabalho em todos os níveis de instrução analisados, sendo que 28,60% dos trabalhadores tinham do ensino fundamental completo até o médio incompleto. (TABELA 08)

Tabela 08: Total de empregados formais na construção civil, segundo nível de instrução, RMF e RMS-2001/2010

Nível de instrução	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Analfabeto até fund.inc.	2566	11,16	29007	43,22	23842	58,16	37337	32,92
Fund.comp.até méd.inc.	4206	18,29	19197	28,60	15276	37,26	26054	22,98
Médio comp. Até sup.inc	2944	12,80	16709	24,89	6337	15,46	44501	39,23
Superior completo	579	2,52	2209	3,29	1538	3,75	5545	4,89
Total	22995	100,00	67122	100,00	40993	100,00	113437	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Todavia, na RMS diferente da RMS, constata-se significativo declínio em termos percentuais do número de trabalhadores com nível de escolaridade até o ensino fundamental incompleto, de 58,16% em 2001 para 32,92% em 2010. Para o ensino fundamental completo até médio incompleto percebe-se queda percentual de 37,26% em 2001 para 22,98% em 2010. (TABELA 08)

Trabalhadores com até o ensino médio incompleto apresentam situações antagônicas nas duas RMs em estudo, enquanto que a RMF ampliou significativamente seus postos de trabalho para os menos escolarizados, a RMS demitiu expressiva parcela vindo apresentar em 2010 (39,23%) dos empregados com ensino médio completo até superior incompleto. (TABELA 08)

Desta forma, pode-se afirmar que no mercado de trabalho da construção civil na RMS, os trabalhadores se qualificaram em função do mercado globalizado que segundo, Pereira (2004) induz a seletividade na contratação de mão-de-obra, seguindo os ideários do Toyotismo que se caracteriza pela flexibilidade e apropriação da dimensão intelectual dos trabalhadores.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

### Tempo de Serviço

Em relação ao tempo de permanência dos trabalhadores empregados na construção civil, em 2001, 64,07% ficaram empregados por menos de 01 ano na RMF aumentando 73,77% em 2010. Na RMS eles passam de 63,68% em 2001 para 67,27% em 2010 (TABELA 09). Apesar do elevado aumento da rotatividade nas RMs em estudo, os empregados na RMF estão mais suscetíveis ao desemprego do que na RMS.

Tabela 09: Distribuição dos trabalhadores formais na construção civil, segundo tempo de serviço-2001/2010

Tempo de serviço	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Menos de 01 ano	14743	64,07	49513	73,77	26103	63,68	76315	67,27
01 a menos de 03 anos	5068	22,04	12483	18,59	9579	23,37	23967	21,13
03 a menos de 05 anos	1434	6,24	2589	3,86	2516	6,14	5260	4,64
05 ou mais anos	1744	7,58	2503	3,73	2779	6,78	7875	6,94
Ignorado	407	1,77	34	0,05	16	0,03	20	0,02
Total	22995	100,00	67122	100,00	40993	100,00	113437	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Apesar das ocupações criadas em 2001/2010, o trabalhador encontra-se em uma fase de instabilidade no emprego, provavelmente como reflexo do modelo neoliberal adotado no país desde o início dos anos 1990 que passou por significativas transformações estruturais nos segmentos em trabalho/intensivo, a exemplo da construção civil, mediante a adoção de novos métodos de organização do trabalho e adoção de contratos temporários com objetivo de reduzir custos.

Baltar e Proni (1996) ressalta que o mercado de trabalho é bastante flexível, uma vez que a determinação dos contratos de trabalho segue a demanda das empresas que admitem/desligam os funcionários pela flutuação sazonal ou cíclica da economia, como também preferem demitir os trabalhadores na medida em que a mão-de-obra se torna mais cara facilitando a dispensa.

No caso do Nordeste, a baixa escolaridade e o fato de concentrar setores da atividade econômica intensivos em trabalho como é o caso da construção civil e da indústria de transformação (alimentos, bebidas, têxtil e calçados), torna-se mais fácil a substituição de trabalhadores, graças a sua baixa qualificação, assim como a ausência de sindicatos combativos que facilitam a contratação e/ou demissão.

### Remuneração dos Trabalhadores

Sob a ótica da remuneração (TABELA 10), verificou-se na RMF e RMS empobrecimento dos trabalhadores no período em estudo, tanto pelo aumento daqueles que recebiam até 02 salários mínimos quanto pela redução dos que estavam localizados nas demais faixas de rendimento.

Em 2010, a precarização aumenta nas duas regiões metropolitanas em estudo (sendo mais intensa na RMF). O percentual dos trabalhadores que ganhavam até 02 salários mínimos amplia-se significativamente de 52,24% em 2001 na RMF para 73,75% em 2010 e na RMS passa de 39,84% em 2001 para 53,9% em 2010. (TABELA 10)

Tabela 10: Total de empregados formais na construção civil, segundo faixa de remuneração na RMF e RMS-2001/2010

Faixa de rendimento médio em (sm)	RMF				RMS			
	2001	(%)	2010	(%)	2001	(%)	2010	(%)
Até 01 salário	808	3,51	4932	7,35	893	2,18	4436	3,91
Mais de 01 a 02 sm	11205	48,73	45912	68,40	15437	37,66	56702	49,99
Mais de 02 a 03 sm	7689	33,44	7907	11,79	11957	29,17	20409	17,99
Mais de 03 a 05 sm	1869	8,13	3789	5,65	6311	15,39	15125	13,34
Mais de 05 a 10 sm	754	3,27	1839	2,74	3496	8,53	8766	7,73
Mais de 10 a 20 sm	195	0,85	485	0,72	1305	3,18	3170	2,79
Mais de 20 sm	46	0,20	120	0,18	410	1,00	990	0,87
Sem declaração	429	1,87	2138	3,18	1244	3,03	3839	3,38
Total	22995	100	67122	100	40993	100	113437	100

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.



Para aqueles que ganhavam acima de 03 salários mínimos ocorreu significativa redução na proporção de trabalhadores concentrados nessas faixas de rendimento em ambas as regiões metropolitanas, sendo novamente mais intensa para a mão-de-obra empregada na RMF. Na RMF, em 2001, ganhavam acima de 03 salários mínimos cerca de 47,76%, caindo para 24,26% em 2010, e na RMS eles passam de 60,3% em 2001 para 46,1% em 2010. (TABELA 10)

Não obstante vale lembrar que o uso de maior quantidade de trabalhadores não especializados é uma constante no setor, e essa massa de trabalhadores contribuem relativamente para acentuar as diferenças percentuais entre as faixas salariais da segunda (1 a 2 SM) até a quinta (5 a 10 SM) da tabela, ou seja, há um grande número de trabalhadores braçais para um número pequeno de profissionais especializados. (TABELA 10)

Por outro lado vale lembrar que alta rotatividade do mercado de trabalho torna-se um empecilho para elevação do salário, uma vez que o tempo de serviço funciona como uma *Proxy* para melhores rendimentos.

A precarização do mercado de trabalho na construção civil é rápida e intensa, que mesmo apesar da melhoria no nível educacional dos trabalhadores empregados no referido setor na RMS no período entre 2001 e 2010, observa-se queda dos seus rendimentos, contrariando a teoria do capital humano<sup>8</sup>.

O que se constata na análise é uma elevada precarização no mercado de trabalho nas RMs em estudo, indicando uma queda na participação dos rendimentos do trabalho no produto da economia, em que, mesmo com a política de valorização real do salário mínimo<sup>9</sup> assegurar elevação progressiva da renda acima da inflação nunca vista na história nacional pós-estabilização, não serviu para romper o círculo vicioso que vem apresentando desde a

---

<sup>8</sup>Sobre a teoria supracitada, segundo Sandroni (2003) indivíduos mais escolarizados obtém retornos financeiros mais elevados, em virtude da aquisição em educação proporcionar elevação da renda do indivíduo, o que eleva a produtividade e age como um processo de seleção para o mercado de trabalho.

<sup>9</sup>Deve-se afirmar que inicialmente com o Plano Real e posteriormente com a política de valorização do salário mínimo ampliaram o poder de compra dos rendimentos do trabalho e amenizaram relativamente as consequências do modelo neoliberal ajustado sobre o mercado de trabalho brasileiro, uma vez que beneficiou os trabalhadores formais situados nas primeiras faixas de rendimento, tendência esta que se amplia com grande magnitude a partir do pós-década de 1990 (DEDECCA, 1998; POCHMANN, 2001).



década de 1990, em que empregos em setores em trabalho/intensivo são precários, com baixos salários e alta rotatividade, impulsionados pela nova divisão internacional do trabalho que retrocedem os direitos trabalhistas, mesmo em um cenário de aumento das ocupações formais, como observado no período 2001/2010.

Segundo Chahad (1987) a explicação das pequenas elevações salariais face ao aumento das ocupações formais vão ao encontro das concepções neoclássicas, em que a vinculação do salário nominal (avaliado pelo custo da mão-de-obra) e o volume de emprego são inversamente proporcionais, uma vez que considerando o pressuposto de maximização do lucro por parte da firma, os postos de trabalho devem crescer mais que proporcional aos salários nominais.

Na verdade, o que acontece recentemente no mercado de trabalho brasileiro segundo Pochmann (2009) é um movimento de achatamento da renda do trabalho em torno do salário mínimo, o que impacta em menor *gap* no grau de desigualdade dos rendimentos do trabalho.

### **Considerações finais**

Os resultados apresentados no presente artigo mostram a tendência da reprodução do capital no setor de construção civil nas regiões metropolitanas de Fortaleza e Salvador. Embora o setor de serviços seja o que mais emprega no Nordeste brasileiro, se observa que o setor da construção civil alcançou no período 2001/2010 as maiores taxas de crescimento em relação ao número de estabelecimentos e postos de trabalho em comparação aos grandes setores da atividade econômica, com 67,98% e 191,89% para a RMF respectivamente e 52,17% em estabelecimentos e 176,72% em postos de trabalho para RMS.

Quanto a distribuição do emprego formal por porte de estabelecimento, na RMF, em 2010, 49,53% dos empregados estavam ocupados em micro e pequenas empresas e 50,47% em médios e grandes estabelecimentos. Para a RMS em 2010, 69,57% dos empregados estavam em médios e grandes estabelecimentos contra 30,43% ocupados em micro e pequenos negócios.

No tocante à permanência dos empregados na construção civil constata-se elevada rotatividade da mão-de-obra, sendo mais intensa para a RMF. Em 2010 ficaram empregados



na construção civil por menos de 01 ano 73,77% dos trabalhadores na RMF contra 67,27% na RMS. Esta elevada rotatividade em parte pode ser explicada através do ciclo de produção do setor que é fracionado em diferentes etapas que exigem ocupações específicas em cada uma delas, como também os elevados impostos trabalhistas que incentivam a empregadores utilizarem mão-de-obra terceirizada e contratos temporários com objetivo de reduzir custos.

Percebe-se o tímido aumento da participação feminina na construção civil, predominando em ambas as RMs a ocupação de trabalhadores do sexo masculino com idade entre 30 a 39 anos.

Outra variável que se destaca é a significativa concentração de trabalhadores com baixo nível de escolaridade, sendo que mais uma vez os trabalhadores na RMF se encontram em pior situação. Em 2010, na RMF, 43,22% tinham até o ensino fundamental incompleto contra 32,92% na RMS. Provavelmente essa baixa qualificação dos empregados na RMF se justifique pelo motivo do setor da construção civil ser intensivo em mão-de-obra, não exigindo trabalhadores qualificados. No caso da RMS o que pode explicar a melhor qualificação de seus trabalhadores vis-à-vis RMF, decorre da maior seletividade na contratação de mão-de-obra, por força da incorporação de novos métodos de organização do trabalho.

Com relação aos rendimentos, verificou-se empobrecimento dos trabalhadores na construção civil nas RMs que migraram das faixas de rendimento mais altas para as mais baixas. Em 2010 na RMF 75,75% dos empregados na construção civil ganhavam até 02 salários mínimos contra 53,9% na RMS. Desta forma fica evidente o grande potencial dessas regiões metropolitanas em atrair segmentos em trabalho/intensivos através das vantagens comparativas de custos sob a ótica ricardiana, a exemplo da maior proximidade com o grande mercado externo e significativo volume de mão-de-obra barata e abundante em um espaço geográfico com sindicatos pouco combativos.

Considera-se, portanto, que o setor da construção civil é marcado pela acentuada precarização do seu mercado de trabalho, no entanto não se deve esquecer a significativa quantidade de postos de trabalho criados no período 2001/2010. Mas é certo ressaltar que em todos os setores do mercado de trabalho existe retrocesso dos direitos trabalhistas com maior



risco ao desemprego aberto. Desta forma é válido questionar: Os trabalhadores da construção civil se qualificarão em um ambiente de desestruturação do mercado de trabalho e desvalorização dos seus rendimentos? e a teoria do capital humano está em jogo diante do amadurecimento dos preceitos neoliberais?

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BAER, W.. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BALTAR, P. E. de A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho o Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: *Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- BERNAL, M. C. C. *A nova configuração territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação*. 2004. Disponível em:  
[http://www.geociencias.ufpb/logepa/revistas/pesquisas/ano2\\_n3/arquivos/ano2\\_n3artigo3](http://www.geociencias.ufpb/logepa/revistas/pesquisas/ano2_n3/arquivos/ano2_n3artigo3). Acesso em: jan. 2016.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. *Relatório Anual*. Brasília, v. 46, 2010.
- BRITO, F. *A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade*. Minas Gerais: Cedeplar, 2007 (Textos para Discussão, 318).
- BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- CAGED. Disponível em: <https://granulito.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>
- CANO, W.. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. In: *Revista econômica e sociedade*. São Paulo, n.8, p.101-141, jun.1997.
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n.2, jan.2012.
- CEECBIC. *A indústria de construção civil brasileira no início do século XXI*. Site: [www.cbicdados.com.br](http://www.cbicdados.com.br). Acesso em set/2015.



CHADAD, J. P. Z. Mercado de trabalho, emprego e desemprego no Brasil. In: administração de empresas- *Enciclopédia de direção, produção, finanças e marketing*. São Paulo, Nova Cultural, n. 45-7, 1987.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKY, E. N. Recuperação econômica e geração de empregos formais. *Revista Parcerias Estratégicas*, 22: 169- 190, 2006.

DEDECCA, C. S. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. 2 ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP.IE, 2005.

DEDECCA, C. S. *Reestruturação e tendências de emprego*. In: OLIVEIRA (org). Economia e trabalho, pp. 163-185, Campinas. UNICAMP.IE, 1998.

FIGUEIREDO, M. G.; ET AL. Acumulação flexível e novas relações de trabalho. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: ABET, 1995, v.2.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

OREIJO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*. Vol.30. n.2. Pág.219-232, abril/junho. 2010.

PACHECO, C.A. *A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: UNICAMP.IE, 1996. (Tese de Doutorado)

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

PEREIRA, G. dos S. As transformações e precarização no mundo do trabalho. In: *Revista de Iniciação Científica da Faculdade de Filosofia e Ciências*. São Paulo: Unesp, v.4, n.2,2004.

POCHMANN, M. *O Emprego na Globalização; a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, M. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: urna análise regional*. Campinas, IE/ /CESIT, 1998.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: contexto, 1999.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, 23(66), p.41-52, 2009.



PONTES, P. A.; VIANNA, P. J. R. E HOLANDA, M. C. *A Política de tração de investimentos para o Ceará: uma média 1995-2005*. Ceará- IPECE (Texto para Discussão n. 26, dez/2006).

Presidência da República- Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente. LEI 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 02 de jan. 2015.

QUEIROZ, S. N. de; TARGINO, I. Migração para o Ceará nos anos 90. *Revista Economia em Debate* (URCA), v.1, p.137-172, 2007.

RAIS. Registros Administrativos. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/rais\\_sitio/index.asp](http://www.rais.gov.br/rais_sitio/index.asp).

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (orgs). *Economia brasileira*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.  
SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 12 ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SILVA FILHO, L. A. da. *Mercado de trabalho e estrutura sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador-2001-2008*. 2010, 76 f. Dissertação de mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, 2010.

SILVA FILHO, L. A. da S. QUEIROZ, S. N. de. Errantes do século XXI: de construtores a vítimas de trabalho precário. In: *Revista de Economia*, v.40, n.1 (ano 38), p.165-190, jan/abr, 2014